

Como redigir um parecer acadêmico? Parâmetros, tipos e dilemas éticos da avaliação por pares em periódicos nas Ciências Sociais

Luiz Augusto Campos¹ 

¹Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Palavras-chave: revisão por pares, fluxo editorial, ética científica, comunicação científica, análise de conteúdo.

RESUMO Introdução: A avaliação por pares é um dos pilares do fazer científico, mas a redação de pareceres permanece uma das tarefas menos ensinadas e reconhecidas da academia. Diante da falta de orientações normativas sistemáticas e da heterogeneidade de critérios de avaliação de manuscritos acadêmicos, este artigo resume os principais parâmetros e questões que devem ser levados em conta na redação de pareceres para revistas científicas. **Materiais e métodos:** O artigo combina uma abordagem normativa com um componente empírico. Além de mapear os principais tipos de pareceres, ele mapeia os problemas mais recorrentes em pareceres a partir de uma codificação manual de 366 pareceres concedidos à revista DADOS em 2019. **Resultados:** O artigo sistematiza ainda a tipologia de pareceres, as modalidades de recomendação editorial e os elementos constitutivos de um bom parecer. Ademais, analisa os problemas mais frequentemente apontados pelos pareceristas, como falhas metodológicas, insuficiências nos dados empíricos, falta de clareza na contribuição original e inconsistências na coerência interna do argumento. **Discussão:** Um bom parecer deve apresentar uma leitura fiel do texto, destacar suas contribuições e localizar seus problemas e caminhos de aprimoramento. É essencial zelar pela integridade e imparcialidade do processo, o que envolve transparência quanto a eventuais conflitos de interesse. Se os sistemas de revisão por pares encontram-se hoje em xeque, isso se deve mais aos seus limites estruturais, como a falta de transparência e de estudos sistemáticos, do que por falhas individuais. Daí a importância de mais pesquisas sobre o sistemas de avaliação por pares e seu funcionamento.

Recebido em 20 de Dezembro de 2025. Aprovado em 24 de Janeiro de 2026. Aceito em 12 de Março de 2026.

Editor Responsável: Adriano Codato 

Editor Associado: Adriano Codato 

I. Introdução¹

¹ Partes desse manuscrito foram previamente publicadas em duas ocasiões, cf. Campos (2019); e Campos & Candido (2022)

Dentre os diversos pilares de toda comunidade científica, a avaliação por pares é sem dúvidas um dos mais fundamentais. Não é exagero dizer que a constituição da autoridade científica passa pelo sem-número de avaliações as quais todo(a) cientista passa no decorrer de sua carreira. Nessa trajetória, pareceres de diferentes tipos ajudam a determinar quem deve receber um dado fomento de pesquisa, progredir na carreira ou mesmo qual manuscrito é digno de ser publicado. Assim, pareceres não apenas servem para moderar diversas atividades acadêmicas, mas sobretudo para determinar padrões do que vem a ser uma investigação científica legítima e, portanto, digna de prestígio, divulgação e financiamento.

Não deixa de ser curioso, porém, que tenhamos poucas orientações normativas sobre como avaliar um manuscrito acadêmico ou redigir um parecer. Mais paradoxal ainda é que a redação de pareceres costuma ser uma tarefa pouco transparente. Tudo isso cria um paradoxo: uma das tarefas mais centrais ao fazer científico é também uma das menos refletidas e ensinadas nas pós-graduações mundo afora. Como resultado, cientistas de diversos tipos tendem a desenvolver estilos e critérios próprios para a avaliação acadêmica, o que não raro suscita antinomias e controvérsias sobre a revisão por pares.

Sem nenhuma pretensão de exaustão, o objetivo deste texto é expor, em linhas gerais, o que é um parecer acadêmico e o que deve ser considerado quando temos de fazer uma avaliação de algum manuscrito. Trata-se de um texto normativo com vistas a melhor orientar a atividade de avaliadores(as) acadêmicos(as). Existem inúmeras modalidades de avaliação acadêmica, da correção dos trabalhos de fim de curso por parte de um professor às bancas de seleção para a pós-graduação, ou mesmo de defesa de teses e dissertações. No entanto, nos concentramos aqui num tipo mais formal de parecer, aquele que costuma ser exigido por periódicos acadêmicos cujas publicações são revisadas por pares. Nada impede, contudo, que as dicas resumidas abaixo sirvam também para a redação de pareceres de outros gêneros.

As seções a seguir buscam responder algumas perguntas básicas sobre a redação de um parecer. Na primeira seção, exploramos a questão sobre **o que é um bom parecer**, suas características e qualidades. A segunda seção aborda **quais os tipos de parecer** e como escolher uma dada recomendação de publicação. A terceira seção discute **por que devemos redigir pareceres**, sobretudo tendo em vista que essa tarefa raramente é remunerada ou reconhecida publicamente. Na quarta seção, apresentamos a partir de uma pesquisa empírica **quais problemas destacar em um parecer**. A quinta seção debate algumas **questões éticas** relacionadas à avaliação acadêmica para, depois, delinearmos algumas conclusões na seção final.

II. O que é um bom parecer?

Um bom parecer acadêmico é aquele capaz de **resumir** de modo **qualificado e cortês** as **características, qualidades, insuficiências e potencialidades** de um dado manuscrito acadêmico (projeto, *paper*, tese, dissertação, artigo etc.), levando em conta os **parâmetros próprios** de quem o requisita (periódicos, agências de fomento etc.), de modo a **subsidiar uma decisão**, isto é, sua aprovação ou reprovação. O objetivo fundamental de um parecer é avaliar as **contribuições** reais ou potenciais de um manuscrito para fazer avançar um determinado debate acadêmico.

Nas revistas científicas, assim como nas agências de fomento, pareceres são subsídios para decisões e não a decisão em si (Hargens & Herting, 1990). Daí a importância de evitar pareceres **excessivamente sintéticos** do tipo “o texto está bom e deve ser publicado” ou “o projeto está péssimo e não deve ser financiado”. Em vez disso, é fundamental resumir o trabalho e discorrer sobre os méritos e defeitos, indicando claramente porque eles são assim julgados e como eles se expressam no texto. Também se recomenda que o(a) parecerista indique caminhos para as melhorias, sugira referências e destaque trechos pouco claros.

Existem inúmeros modelos de parecer e seria impossível aqui resumir todos. Mas pensando na definição de um parecer reproduzida no início desta seção, podemos indicar algumas partes que tendem a ser comuns a bons pareceres de modo geral. Os elementos abaixo podem ser lidos como um *check-list* a ser contemplado por um bom parecer:

- **Resumo do texto avaliado:** todo bom parecer possui um resumo do texto avaliado. Isso não apenas facilita a decisão final do(a) editor(a), mas também permite a ele(a) avaliar como o texto foi lido. Isso permite, também que os(as) autores(as) de um manuscrito possam eventualmente contestar

ou problematizar a leitura feita pelo(a) parecerista, ou mesmo reescrever trechos para evitar leituras enviesadas.

- **Qualidades:** quase todo manuscrito submetido a um periódico apresenta alguma qualidade. Por isso, é importante que pareceristas destaquem essas qualidades, mesmo que elas sejam marginais. Na pior das hipóteses, essas qualidades orientarão trabalhos futuros ou eventuais investimentos de pesquisa.
- **Insuficiências:** De todo modo, espera-se de um parecer que ele se concentre nos defeitos e insuficiências de um texto. Nesse quesito, há dois tipos de críticas: *internas* e *externas*. No caso das críticas *internas*, são apontadas as incoerências na estruturação do argumento dentro da própria economia do texto, usando suas passagens como evidências de inconsistências. No caso das críticas *externas*, apela-se para incoerências entre o texto e o objeto estudado ou o contexto no qual ele se insere.
- **Potencialidades:** mesmo nos casos de rejeição sumária, é desejável que um parecer indique as potencialidades de um trabalho acadêmico, destacando caminhos possíveis de resolução dos problemas ou mesmo saídas metodológicas para pesquisas futuras. Neste caso, recomenda-se que a avaliação seja o mais imparcial possível e se furte de indicar caminhos, referências ou saídas que sejam muito coladas à carreira ou à identidade de quem concede o parecer.
- **Contribuição:** a qualidade mais importante de um texto acadêmico está em sua contribuição original para o avanço do conhecimento. Por isso, todo parecer deve não apenas destacar de que modo o manuscrito em tela faz avançar o que sabemos sobre um dado tema, como também deve ajudá-lo a tornar tal contribuição mais evidente e clara.

Para além desses elementos, um bom parecer deve ser redigido sempre em observação dos parâmetros próprios de quem o encomenda e de acordo com regras de cortesia e polidez. Pode parecer um alerta banal, mas a cortesia na escrita de um parecer é uma das suas características mais centrais. É verdade que muitos textos suscitam sentimentos fortes nos críticos mais criteriosos. No entanto, não há razão para que a escrita contenha ofensas ou sarcasmos. Para além disso, cada revista ou edital possui parâmetros próprios para a redação de um parecer e é fundamental que o(a) avaliador siga a risca esses parâmetros. Logo, todas as sugestões aqui contidas devem ser moduladas de acordo com as orientações específicas das revistas ou das agências científicas que solicitaram uma dada avaliação.

III. Quais os tipos de parecer?

Todos os sistemas acadêmicos dependem de um sem-número de pareceres que podem ser mais fechados ou mais abertos, registrados formalmente ou comunicados informalmente. Mas a despeito das variações, costumamos falar em quatro tipos de avaliação acadêmica que variam de acordo com o grau de transparência em relação à identidades dos envolvidos:

- **Avaliação Duplo-Cega (double-blind):** modelo ainda hegemônico nas editoriais de ciências sociais, os sistemas de avaliação duplo-cega mantêm em segredo a identidade tanto dos(as) autores(as) quanto dos(as) seus(as) avaliadores(as). Disseminado no mundo científico a partir de meados do século XX, esse modelo buscava garantir alguma imparcialidade do processo de avaliação por pares.
- **Avaliação Cega (blind):** quando um dos polos da avaliação, em geral, os avaliadores(as), sabem a identidade dos(as) autores(as) que estão avaliando,

mas os(as) autores(as) não têm acesso à identidade dos(as) avaliadores(as). Embora estabeleça uma relação assimétrica entre quem avalia e é avaliado, esse modelo se justifica em sistemas de avaliação que precisam proteger de algum modo aqueles que avaliam, como no caso de concessão de fomento de pesquisa.

- **Avaliação Aberta:** nesse tipo de avaliação, autores(as) e avaliadores(as) conhecem as identidades de uns e outros. Embora os experimentos em avaliação aberta sejam hoje vistos como inovadores, fato é que a maior parte das avaliações acadêmicas é, a rigor, aberta, como no caso de bancas de defesa de dissertações, teses, promoção na carreira etc.

Apesar de avaliação perpassar inúmeras atividades acadêmicas, são as revistas científicas que costumam ter os sistemas mais formalizados e estáveis para a redação de pareceres. Elas costumam disponibilizar cinco recomendações possíveis que um parecer deve fazer:

- **Aprovar o manuscrito como está:** o texto poderia ser publicado como está, necessitando, no máximo, de algumas mínimas revisões ortográficas e gramaticais, nenhuma de conteúdo ou estrutura.
- **Aprovar o manuscrito com revisões menores (minor revision):** o texto demanda apenas poucas revisões, que em tese podem ser facilmente realizadas pelos autores. Isso abrange problemas de forma, ausência de poucas referências, trechos ou um argumento pouco claro. Apesar disso, entende-se que o texto deve ser publicado. Embora não seja obrigatório, subentende-se também que o parecerista está aberto à reavaliação de uma segunda versão do manuscrito caso ele seja reapresentado.
- **Aprovar o manuscrito com maiores revisões (major revision):** o texto demanda revisões mais profundas, mas nada que exija uma reestruturação drástica. Isso abrange problemas de forma mais gerais, ausência de várias referências relevantes e muitos argumentos pouco claros. De todo modo, entende-se que o texto deva ser publicado, desde que algumas mudanças na estrutura sejam contempladas. Embora não seja obrigatório, subentende-se também que o parecerista está aberto à reavaliação de uma segunda versão do manuscrito caso ele seja reapresentado.
- **Rejeitar o manuscrito, mas recomendar sua ressubmissão:** para que o texto se torne publicável e contribua com sua área temática, seus objetivos e estrutura devem ser substantivamente modificados. Essa decisão pressupõe que o texto demanda mudanças profundas, mas que sua intenção original é viável, legítima e pode redundar em contribuições substantivas no futuro, daí o incentivo à ressubmissão. Embora não seja obrigatório, subentende-se que o parecerista está aberto à reavaliação de uma segunda versão, mas que esta poderá ser ressubmetida a novos pareceristas.
- **Rejeitar o manuscrito:** para que o texto se torne publicável e contribua com sua área temática, seus objetivos e estrutura devem ser completamente modificados. Essa decisão não pressupõe que o texto “não tem salvação”, mas apenas que as mudanças necessárias são tão drásticas que elas redundariam em outro texto se fossem feitas.

É relativamente comum que autores e autoras ressubmetam manuscritos rejeitados ou os reapresentem depois dos pareceres recebidos. Nesses casos, os responsáveis pela decisão final podem achar por bem consultar os(as) mesmos(as) pareceristas para determinar se as melhorias realizadas foram suficientes. O importante aqui é reavaliar o manuscrito com base no primeiro parecer, isto é, indicar se as modificações respondem às questões levantadas, evitando, assim, condicionar a publicação à resolução de problemas não indicados na primeira avaliação. Isso evita a multiplicação de rodadas de avaliação ou de exigências injustas.

É comum que pareceristas tenham dúvidas sobre o rigor com que devem julgar um manuscrito. Nesse caso, o melhor juiz para além dos parâmetros predeterminados por quem demanda um parecer é o quanto um manuscrito possui alguma contribuição relevante e original para um dado campo, mesmo que ela não esteja tão evidente no texto. Caso essa contribuição inexista ou seja muito difícil de identificar, deve-se privilegiar a recusa. Caso ela possa ser melhor explicitada com algum esforço de reescrita, deve-se preferir a aprovação, ainda que com revisões menores ou maiores.

Para além dos elementos internos de um parecer e suas possíveis deliberações, [Porto & Gurgel \(2018\)](#) sugerem um conjunto de etapas que levam em conta conferências externas ao texto, como o rastreamento de plágios e a análise criteriosa de citações. De todo modo, a grande maioria dos manuscritos submetidos a uma revista de qualidade é rejeitada. Por isso, não devemos nos punir caso o número de textos aprovados seja irrisório ou bem menor que os rejeitados. Lembremos também que a avaliação final de um manuscrito não é uma decisão final, cabendo ao editor ratificá-la, moderá-la ou complementá-la, não raro recorrendo a outros pareceres.

IV. Por que redigir um parecer?

Por serem em geral anônimos e privados, pareceres dão pouquíssimo retorno em termos de reconhecimento acadêmico. Por que, então, redigi-los? Em primeiro lugar, o parecer é o principal instrumento de controle de qualidade da produção científica e dos padrões mínimos dessa atividade. Ao recusar conceder um parecer, estamos terceirizando para outrem tal tarefa, abdicando, portanto, da possibilidade de garantir certos padrões de qualidade científica. Em segundo lugar, conceder pareceres é a melhor forma de se manter atualizado em um determinado campo de pesquisa. Em terceiro lugar, o(a) parecerista de hoje será o(a) autor(a) de amanhã e vice-versa. Isso quer dizer que como autores, temos a expectativa de que nossos pares sejam diligentes em suas avaliações dos nossos trabalhos e, portanto, devemos sê-lo em reciprocidade. Em quarto lugar, diversos sistemas de avaliação da produção científica têm incorporado a qualidade e a quantidade de pareceres nas suas métricas. O sistema de gestão de fluxo *ScholarOne*, usado por muitas revistas, já possui um módulo que permite aos editores dar notas aos pareceres é ranquear os(as) pareceristas. Algumas áreas da CAPES também consideram a produtividade de pareceres em seus baremas. Sobretudo a partir da construção da plataforma Publons, base com dados de milhares de pareceres, é provável que essa atividade seja cada vez mais reconhecida e estudada.

Em geral, concede-se de um a dois meses para cada parecerista redigir sua avaliação. Todavia, o importante é informar o mais rapidamente possível a quem requisita um parecer a disponibilidade para redigi-lo, isto é, não postergar o aceite ou a recusa ao convite por muito tempo. Isso porque convites sem resposta permanecem em aberto, deixando editores na dúvida sobre a disponibilidade do avaliador solicitado e sobre a necessidade de convocação de um segundo ou terceiro nome. Portanto, é mais recomendado aceitar a tarefa e requisitar mais tempo para sua execução do que postergar o aceite indefinidamente.

De todo modo, sabemos que a demanda pela redação de pareceres cresce aceleradamente em função do aumento exponencial do número de artigos publicados todos os dias. Por conta disso, é possível até mesmo falar em uma crise estrutural da disponibilidade de pareceristas. Como previu o matemático

Alfred Lotka no início do século XX, os acadêmicos mais ativos tendem a corresponder a uma fração mínima do campo científico de modo geral, o que faz com que um percentual pequeno deles esteja de fato disponível para avaliar manuscritos. Tudo isso contribui para que o sistema de avaliação por partes encontre-se “saturado pelo aumento do número de publicações online e o desproporcional número de pesquisadores para revisá-los” (Caló, 2015, s.p.).

Para além disso, a rotina acadêmica pode ser extenuante e, na maioria dos casos, isto acaba levando a atrasos justamente nas tarefas com recompensas menos palpáveis. Embora varie o tempo que cada acadêmico dedica as suas distintas atividades, é razoável supor que ele conceda algo entre cinco e dez pareceres por ano. Mas mesmo nos casos em que de fato é impossível atender a um convite para dar um parecer, os pareceristas podem ser úteis indicando outros colegas ou orientandos que são especialistas na matéria do manuscrito.

V. Quais problemas destacar em um parecer?

A princípio, qualquer problema de um manuscrito acadêmico pode ser destacado em um parecer. No entanto, é fundamental distinguir problemas mais centrais dos problemas mais secundários. Nesse quesito, existem problemas relativos à organização mesma da pesquisa que, por sua natureza, tendem a ser mais estruturantes e difíceis de resolver. Do outro lado, existem problemas mais relacionados à construção argumentativa, que dizem respeito mais à economia do texto.

Para mapear a incidência e a recorrência dos principais problemas dos manuscritos, decidimos seguir o trabalho de Bornmann & Daniel (2010) e analisar empiricamente as insuficiências mais recorrentes em pareceres conferidos à revista DADOS, uma das mais antigas e prestigiosas do Brasil. Em 2019, ano foco da pesquisa, DADOS recebeu 366 pareceres redigidos por 262 pessoas sobre um total de 173 manuscritos que chegaram à fase de tramitação (Campos & Candido, 2022). Com esse material, procedemos à codificação manual no software *Atlas.Ti* das críticas mais recorrentes nos pareceres, conforme o gráfico a seguir². Vale lembrar que essas críticas não se aplicam ao universo total de manuscritos apresentados à revista, mas apenas àqueles que passaram pelo filtro, já bastante restritivo, da primeira avaliação formal logo após a submissão (deskreview).

Obedecendo à distinção supracitada entre problemas próprios da **organização da pesquisa** e problemas da **estruturação da argumentação**, comentamos a seguir cada uma dessas insuficiências apontadas nos pareceres em ordem de relevância para decisão editorial (Figura 1).

- **Tema:** Em alguns casos, o tema é considerado pouco relevante ou desalinhado com a linha editorial da revista. Vale lembrar que essa crítica tende a ser pouco recorrente porque os manuscritos fora do escopo temático da revista tendem a ser eliminados no filtro inicial.
- **Contribuição:** os pareceristas apontam, com frequência, que o manuscrito não deixa clara sua inovação teórica ou empírica. A pesquisa pode soar repetitiva em relação ao que já é amplamente conhecido ou apresentar contribuições marginais. Demonstrar originalidade exige explicitar como os resultados avançam o conhecimento acumulado por uma dada bibliografia.
- **Metodologia:** Falhas metodológicas são o principal motivo de crítica em DADOS. Isso inclui métodos mal descritos, ausência de justificativa para as escolhas técnicas, inadequação entre método e objetivos, falta de detalha-

² Detalhes mais pormenorizados da metodologia adotada podem ser acessados em Campos & Candido, 2022

Figura 1 - Objeto de crítica dos pareceres concedidos à revista DADOS em 2019



Fonte: [Campos & Candido \(2022\)](#).

mento que dificulte uma eventual replicação etc. Quando a metodologia não sustenta as conclusões, a credibilidade científica do artigo é comprometida.

- **Dados empíricos:** Problemas com os dados utilizados incluem falta de rigor na coleta, amostras pequenas ou enviesadas sem justificativa, dados incompletos ou inconsistentes e análises superficiais. Em muitos casos, há desconexão entre os dados apresentados e as conclusões formuladas, o que também fragiliza o argumento.

Em relação à **estruturação da argumentação**, destacam-se as seguintes críticas:

- **Problema, pergunta e objetivos:** Manuscritos podem falhar em apresentar claramente a pergunta de pesquisa, seu problema central ou a justificativa de sua importância. Objetivos genéricos ou mal formulados comprometem a direção do estudo e dificultam avaliar sua contribuição.
- **Coerência interna:** Encadeamento lógico e linear dos argumentos e das contribuições delineadas no manuscrito. Inconsistências dentro do manuscrito comprometem a compreensão do leitor: mudanças de direção sem justificativa, contradições no argumento, resultados que não respondem aos objetivos, e conclusões que não derivam logicamente da análise.
- **Coerência externa:** Esse tipo de crítica surge quando o manuscrito apresenta evidências ou análises que contrariam de modo pouco justificado evidências e análises em contrário. Nesses casos, os pareceres costumam demandar esclarecimentos ou evidências mais robustas de uma dada assertiva, até mesmo para melhor suportar uma contribuição original.
- **Contextualização:** Ao não situar adequadamente o caso estudado, historicamente, politicamente ou geograficamente, o texto reduz a compreensão de seu alcance e limita a interpretação de seus achados. Portanto, uma contextualização mínima da pesquisa, seu tema e seu problema é essencial para a avaliação de pertinência e aplicabilidade dos resultados.

- **Referencial teórico:** Manuscritos frequentemente pecam por apresentar as teorias que suportam suas análises de forma superficial ou desconectada da análise. O aporte conceitual pode ser insuficiente, mal selecionado, desatualizado ou aplicado sem rigor. Quando a teoria não estrutura o trabalho, o texto perde densidade analítica e consistência.
- **Revisão bibliográfica:** A revisão da literatura muitas vezes é insuficiente ou mal construída. Isso ocorre quando o autor não dialoga com os estudos relevantes da área, utiliza referências desatualizadas, apresenta uma revisão apenas descritiva e pouco crítica ou não organiza adequadamente a bibliografia, o que pode produzir falsas lacunas ou prejudicar a construção teórica que embasa o argumento. Nesse caso, os pareceres podem tanto sugerir referências não contempladas quanto uma reorganização da revisão. No entanto, é importante evitar a sugestão excessiva de referências externas ao objetivo do texto, bem como obras de autoria do próprio parecerista.
- **Análise:** Mesmo com bons dados, a análise pode ser insuficiente, superficial ou metodologicamente inadequada. Às vezes, os autores apenas descrevem os resultados sem interpretá-los adequadamente ou sem extrair implicações mais amplas.
- **Uso dos conceitos:** Há casos em que conceitos não são definidos, são utilizados de forma equivocada, ou ainda aplicados sem precisão. Isso gera ambiguidades analíticas e dificulta o acúmulo de conhecimento científico sobre categorias relevantes.
- **Normatividade irrefletida:** O parecerista identifica problemas quando o autor expressa juízos de valor ou prescreve soluções que não são sustentadas por suas evidências ou premissas teóricas. A pesquisa pode confundir opinião pessoal com interpretação baseada em evidências, enfraquecendo a neutralidade analítica.
- **Problemas de estilo:** Muitos manuscritos apresentam limites de redação que afetam negativamente sua clareza. Entre os problemas comuns estão linguagem confusa ou prolixa, estrutura de texto desorganizada, excesso de jargões, problemas gramaticais, falta de fluidez argumentativa e padronização inadequada às normas editoriais. Mesmo pesquisas sólidas perdem força quando mal comunicadas.
- **Resumo ou título:** Embora pareçam fúteis ou pouco importantes, o título e o resumo são o cartão de apresentação e indexação de um manuscrito acadêmico. Uma vez publicado, o manuscrito será lido ou não de acordo com a adequação desses dois elementos que precisam sintetizar com fidelidade seu conteúdo. Problemas comuns incluem falta de precisão, inconsistências com os resultados e conclusões ou foco em aspectos secundários.

VI. Quais questões éticas considerar ao redigir um parecer?

Como qualquer atividade de avaliação, a emissão de pareceres é uma tarefa perpassada por regras éticas rígidas, ainda que não totalmente óbvias. No sistema de revisão duplo-cega por pares, os avaliadores não possuem, em tese, nenhuma pista sobre os autores que avaliam e vice-versa. Na vida real, contudo, é comum que a temática, estilo e abordagem insinuem ao avaliador a autoria de um texto. Quando houver esse tipo de suspeita, o(a) parecerista deve avaliar em que medida existe um conflito potencial de interesses, isto é, quando a motivação para um dado julgamento não é apenas o compromisso de que o conhecimento avance, o que prejudica a objetividade e imparcialidade de sua deliberação. Nesses casos, o parecerista deve recusar o convite e comunicar sua motivação à equipe editorial.

Mas em muitos outros casos, as relações entre avaliadores e pareceristas nem sempre prejudicam a imparcialidade do parecer. Posso adivinhar ou mesmo ter conhecimento da identidade de um(a) autor(a) mas ainda assim acreditar que tal consciência não impactará na minha avaliação. Nesses casos, também é recomendado compartilhar a questão com os editores, que poderão levá-la em consideração no momento da decisão. A regra aqui recomenda a maior transparência possível.

Ainda nos sistemas de avaliação cega ou duplo-cega, a manutenção da confidencialidade é central. Logo, é preciso evitar comentários públicos sobre os manuscritos avaliados, sob o risco de exposição da identidade dos envolvidos. Algumas instituições permitem, a partir do comum acordo, a revelação dos nomes dos envolvidos numa avaliação, expediente raro, mas que pode ser útil para fazer com que um dado diálogo acadêmico avance. Em todo caso, a discrição também é um valor.

Uma questão ética controversa, com grande variação entre áreas, é a possibilidade de transferência ou delegação da redação de um parecer para outrem. Como já discutimos, a concentração da avaliação acadêmica em poucos nomes de uma comunidade científica é um problema crônico. Assim, a inclusão de pesquisadores(as) mais jovens ou em início de carreira pode ser salutar. Isso envolve tanto a recomendação explícita de outros nomes, o que é bem-vindo, quanto a delegação da tarefa a assistentes, o que deve ser feito com cautela, transparência e prudência. Embora algumas áreas permitam tal prática, ela é proibida em outras. Logo, convém consultar os editores ou moderadores dos debates acadêmicos antes de delegar a avaliação de um manuscrito a outrem.

Em menos de uma década, as ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAG) modificaram o modo como produzimos textos, colocando novos desafios éticos para avaliação acadêmica. Não sabemos ao certo os impactos dessas ferramentas na ciência, mas o seu emprego especificamente na produção de avaliações científicas deve ser cauteloso. Isso quer dizer que as ferramentas de IAG podem ser usadas para *auxiliar* a avaliação do material analisado de diversas formas, mas nunca para substituir a leitura de um(a) avaliador(a). Em termos práticos, uma IAG pode ser utilizada para identificar pontos falhos no texto, mas só depois da leitura atenta do manuscrito pelo(a) avaliador(a). Todas as eventuais indicações feitas por uma IAG devem ser criteriosamente revisadas pelo(a) parecerista. O mesmo vale para outras etapas, como avaliação de bases dados, coerência interna do manuscrito etc. O critério aqui é que a avaliação é de inteira responsabilidade do(a) parecerista, que deve participar de todas as suas etapas, ainda que auxiliado por IAG.

De todo modo, as recomendações éticas relacionadas a processos de avaliação científica tendem a evoluir com as mudanças e novas tecnologias aplicadas à estruturação do campo científico. Por isso, existem vários manuais de ética em pesquisa e avaliação que podem ser consultados em caso de dúvidas, como é o caso *Ethical Guidelines for Peer Reviewers* editado pelo *Committee on Publication Ethics* (COPE, 2017) ou o *Código de Boas Práticas Científicas* da FAPESP (2014).

VII. Conclusão

A despeito das transformações atuais na comunicação acadêmica, pareceres permanecem sendo o principal mecanismo de controle da qualidade científica (Bohlin, 2004). Mais do que decidir o destino de um manuscrito ou de

uma carreira, eles contribuem para o avanço coletivo do conhecimento, permitindo que pesquisadores se mantenham atualizados em seu campo e obtenham retornos sistemáticos de seus pares. Apesar de pouco transparente e raramente reconhecida publicamente, essa atividade fortalece os padrões da pesquisa científica e precisa ser assumida com responsabilidade e diligência.

Um bom parecer deve ser informativo, cortês e orientar melhorias. Ele precisa apresentar uma leitura fiel do texto, destacar suas contribuições e localizar com precisão seus problemas, sejam eles estruturais ou de argumentação. Sua redação deve observar os parâmetros editoriais estabelecidos por que o solicita, subsidiando a decisão final de uma revista, banca ou agência de fomento, sempre com vistas a avaliar as contribuições atuais ou potenciais de uma dada pesquisa ou argumento.

Por isso tudo, é essencial zelar pela integridade e imparcialidade do processo. Isso envolve não apenas a clareza quanto a eventuais conflitos de interesse como também o uso moderado e crítico de ferramentas de inteligência artificial. Essas podem auxiliar o trabalho de avaliação, mas nunca o substituir: a responsabilidade crítica é sempre do parecerista. Assim, ao atuar com rigor, clareza e respeito, quem redige pareceres contribui decisivamente para a moderação do debate acadêmico e para o aperfeiçoamento constante da ciência.

De todo modo, não podemos ignorar que os sistemas de revisão por pares encontram-se em xeque. O caráter pouco transparente desses sistemas abre margem para critérios e decisões arbitrárias, que aos poucos vêm vindo à tona. Ademais, essa falta de transparência impede que o próprio sistema seja escrutinado por pesquisas rigorosas que sejam capaz de avaliá-lo. Embora tenhamos ensaiado aqui uma análise empírica dos pareceres concedidos à revista DADOS, tal análise ainda é restrita a um periódico, o que limita nossa inferências. Ainda assim, todas as reflexões contidas aqui devem servir de incentivo para o avanço de análises mais robustas dos sistemas de revisão por pares e, no limite, da qualidade dos pareceres em si.

Declaração de uso de IA

Não houve uso de IA

Financiamento

Esta pesquisa contou com o apoio da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

Declaração de disponibilidade dos dados

Os dados de pesquisa não estão disponíveis. Por se tratar de informações sobre pareceres anônimos e fechados, eles não podem ser disponibilizados.

Conflito de interesses

Não há.

Contribuição de autoria (CRediT)

Luiz Augusto Campos: conceitualização, curadoria de dados, análise de dados, recebimento de financiamento, pesquisa, metodologia, administração do projeto, design da apresentação de dados, redação do manuscrito original, redação - revisão e edição.

Luiz Augusto Campos (lascampos@iesp.uerj.br) é professor de Sociologia e Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), onde coordena o núcleo DARA: Dados e Análises do Racismo e do Antirracismo.

Referências

- Bohlin, I. (2004) Communication regimes in competition: the current transition in scholarly communication seen through the lens of the sociology of technology. *Social Studies of Science*, 34(3), pp. 365-391. DOI
- Bornmann, L. & Daniel, H.-D. (2010) The manuscript reviewing process: empirical research on review requests, review sequences, and decision rules in peer review. *Library & Information Science Research*, 32(1), pp. 5-12. DOI
- Caló, L.N. (2015) Avaliação por pares: modalidades, prós e contras. *Blog SciELO em Perspectiva*. Disponível em: <<https://blog.scielo.org/blog/2015/03/27/avaliacao-por-pares-modalidades-pros-e-contras/>>. Acesso em: 23/4/2026.
- Campos, L.A. (2019) Como redigir um parecer acadêmico. *Blog DADOS*. Disponível em: <<http://dados.iesp.uerj.br/como-redigir-um-parecer/>>. Disponível em: 23/4/2026.
- Campos, L.A. & Candido, M.R. (2022) Transparência em DADOS: submissões, pareceristas e diversidade no fluxo editorial dos últimos anos. *Dados*, 65(1), e20220000. DOI
- COPE (2017) Ethical guidelines for peer reviewers. [online] *Committee on Publication Ethics*. Disponível em: <<https://publicationethics.org/guidance/guideline/ethical-guidelines-peer-reviewers>>. Acesso em: 23/4/2026. DOI
- FAPESP (2014) *Código de boas práticas científicas*. [online] São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://fapesp.br/boaspraticas/2014/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas.pdf>. Acesso em: 23/4/2026.
- Hargens, L.L. & Herting, J.R. (1990) A new approach to referees' assessments of manuscripts. *Social Science Research*, 19(1), pp. 1-16.
- Porto, F. & Gurgel, J.L. (2018) Sugestão de roteiro para avaliação de um artigo científico. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 40(2), pp. 111-116. DOI

How to write a peer review report: standards, types, and ethical challenges in Social Science journals

Keywords: peer review, editorial process, research ethics, scholarly communication, content analysis.

ABSTRACT Introduction: Peer review is one of the cornerstones of scientific practice, although reviewing manuscripts remains one of the least taught and least recognized tasks in academia. Given the lack of systematic guidelines and the heterogeneity of criteria used to evaluate academic manuscripts, this article summarizes the main parameters and considerations that should be taken into account when writing a peer review for scientific journals. **Materials and methods:** The article combines a normative approach with an empirical component. In addition to mapping the main types of peer reviews, it identifies the most recurrent problems through a manual coding of 366 reviews submitted to the journal *DADOS* in 2019. **Results:** The article systematizes the typology of peer reviews, the modalities of editorial recommendation, and the constitutive elements of a good review. It also analyzes the most frequently raised problems by reviewers, such as methodological flaws, insufficient empirical data, lack of clarity regarding the original contribution, and inconsistencies in the internal coherence of the argument. **Discussion:** A good peer review should offer a faithful reading of the text, highlight its contributions, and identify its shortcomings and possible avenues for improvement. It is essential to uphold the integrity and impartiality of the process, which entails transparency regarding potential conflicts of interest. If peer review systems are currently under scrutiny, this is due more to their structural limitations, such as lack of transparency and the scarcity of systematic studies, than to individual failures. Hence the importance of further research on peer review systems and their functioning.



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.